

A Estratégia de Saúde da Família no bairro Morrinhos na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil: reflexões sobre sua territorialização

Yara Maria Soares Costa da Silveira - yara.mariasilveira@gmail.com ;

Territorialização, Saúde, Montes Claros, Morrinhos

O território tem sido uma ferramenta nas mãos do Estado, destinada, de forma ideal, a privilegiar a redistribuição como fator norteador das políticas públicas. De modo geral, o poder público tem-se limitado a definir grandes áreas como sendo homogêneas, não levando em conta as peculiaridades existentes dentro dessas localidades. Assim, as ações do governo visando à mitigação das diferenças tende a terminar com a ineficiência dessas ações. Dessa forma, é necessário o estudo das diferenças que permitiriam classificar determinadas áreas como focos de uma ação especificamente planejada e direcionada, “personalizada”, por assim dizer. Pode-se, assim, esperar maior eficácia da atuação estatal. A idéia de território traz consigo noção de unidade e multiplicidade da geografia, de forma que se a definição de um território é o mesmo que fazer um enquadramento com base em um determinado critério, este critério pode ser, por sua vez, vários, conforme as dimensões fundamentais da sociedade (Santos, 2002). Segundo Santos (1996), “o conceito de território é tão antigo quanto a dicotomia sociedade-natureza e deve ultrapassar o dualismo sócio-espacial que tem marcado o discurso das ciências sociais.” Mostra, portanto, que o território não pode ser entendido como matéria fria, ou seja, como simples área de abrangência ou limite, mas como matéria viva. Koga (2003) expõe seu conceito de território: “o território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, na medida em que expressa a distribuição de bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana”. Monken e Barcellos (2005) lembram que o Sistema Único de Saúde (SUS), buscando maior equitatividade e eficiência na atenção à saúde, põe em evidência seus processos de territorialização, haja vista as Estratégias de Saúde da Família, a Vigilância Ambiental em Saúde, entre outros. Mas é preciso notar que essa estratégia, muitas vezes, reduz o conceito de território a uma simples área de gestão, para a administração física dos serviços de saúde, esquecendo seu potencial para a elaboração de políticas de intervenção mais adequadas à realidade local, onde pode haver uma atuação mais incisiva da ciência geográfica no auxílio à criação de políticas públicas mais eficientes. A cidade de Montes Claros – MG - Brasil destaca-se no contexto norte-mineiro por apresentar índices de desenvolvimento bastante superiores à média das cidades ao seu redor, que estão mais próximas da realidade da região Nordeste do Brasil. Configura-se centro polarizador por suas características econômicas e maior infra-estrutura, concentrando variados equipamentos, inclusive de saúde. Neste aspecto, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros (2007), possui 64 Equipes de Saúde da Família - ESF, sendo 49 na zona urbana e 15 na rural, englobadas em 15 Unidades Básicas de Saúde – UBS. O bairro Morrinhos, objeto do estudo, localiza-se na área central da cidade de Montes Claros, possuindo altitude privilegiada no seu

centro, onde está o morro Dona Germana, denominado popularmente “Morrinhos”, que permite ampla visão da área urbana. Contudo, possui topografia irregular, com áreas íngremes e planas; este aspecto nomeou o bairro. À UBS local, estão subordinadas três equipes de saúde da família que atuam em três áreas distintas. Esse assunto será tratado no decorrer do trabalho. Devido à complexidade da dinâmica dos serviços de saúde, é difícil identificar todos os caminhos a serem percorridos no planejamento eficaz da regionalização dos serviços públicos de saúde. A geografia nos seus diversos contextos proporciona, com seu vasto referencial teórico, condições de estabelecer nexos entre a territorialização e a ação pública, tema de grande importância para a área da saúde. Com relação à metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde o tema território foi explorado com base nas descrições e análises de Santos (1996), Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), Haesbaert (2002), Koga (2003), Unglert (1993), Raffestin (1993) e Ratzel (1974/1897) e território de saúde, por Mendes (1993), Andrade, Barreto e Fonseca (2004), Monken e Barcellos (2005), além da legislação do SUS (NOB/96 e NOAS/2002). A cidade de Montes Claros foi caracterizada com dados do IBGE (2009) e com base em Stefani e Rangel (2002), Silveira (2003) e Pereira (2007) e o bairro Morrinhos, em Narciso et al. (2006). Para considerar os processos de territorialização da saúde no bairro Morrinhos, foram utilizados os trabalhos de Borges (2007), Oliveira e Astegger (2008), Valiati (2008) e da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros – MG – Brasil (2007), além disso, fez-se levantamento de dados sobre as equipes de saúde da família, sua área de abrangência e outras informações junto à Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros e à UBS Morrinhos para subsidiar as análises e conclusões do estudo. Para ilustrar as análises, foram elaborados mapas e figuras, com bricolagem de fotos e imagens de satélite. Pretende-se, com esse trabalho, abrir uma discussão sobre os critérios de territorialização da saúde no bairro Morrinhos em Montes Claros, Minas Gerais, ao fazer uma descrição da região em questão e uma breve análise da territorialização dessa área. O mesmo desdobra-se em três partes. Na primeira, “Definições”, há um histórico sucinto da definição do termo território e seu significado, além de tentar-se definir, com base na geografia e na legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, o território para as Estratégias de Saúde da Família - ESF. Na segunda parte, “A região e a saúde”, faz-se uma exposição das características gerais e da história do município de Montes Claros e, em seguida, do bairro Morrinhos. Na terceira e última parte, “A territorialização da saúde no bairro Morrinhos”, é que se dá, de fato, a listagem dos fatos que compõem o cenário da saúde no referido bairro, a territorialização oficial da saúde no local. A análise da coerência dessa territorialização com a realidade regional é realizada na última parte, “Considerações”. Concluindo, a eficiência da assistência em saúde tem no acesso da população a seus serviços uma necessidade. Sendo assim, um planejamento eficaz para a territorialização desses serviços é peça chave da acessibilidade, resultando no bem-estar social. É justamente a não acessibilidade ou o difícil acesso de parte significativa da população aos serviços de saúde que mostra a necessidade de repensar o planejamento dos territórios de saúde.